

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 2055/2016

Pelo presente instrumento, o **Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)**, Empresa Pública Federal, regido pela Lei nº 5.615, de 13/10/70, com sede na SGAN quadra 601, modulo V, CEP 70.836-900 – Brasília – DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o processo de **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO**, para efeito do artigo 25, *caput*, da Lei Federal 8.666/93, cujo procedimento obedecerá às condições regulamentadas neste Edital e seus Anexos, observada a legislação vigente aplicável, o Código Brasileiro de Aeronáutica, RBAC nº 119/ANAC, RBAC nº 121/ANAC, Portaria nº 190/GC-5 de 2001 e Portaria nº 569/GC5 de 2000, do Comando da Aeronáutica, e demais normas que regulamentam o transporte aéreo público de passageiros.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente edital é credenciar empresas de transporte aéreo, doravante denominadas **CREDENCIADAS**, para fornecimento de passagens em linhas aéreas domésticas, sem o intermédio de agência de viagens e turismo, para fins de transporte de empregados, servidores ou colaboradores eventuais em viagens a serviço, dos órgãos e entidades das esferas Federal, Estadual e Municipal que mantenham com o SERPRO Contrato para utilização do **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO**, compreendendo a reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso, conforme especificações e condições constantes deste documento.

1.2 A caracterização pormenorizada do objeto, os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas da **CREDENCIANTE**, da **CREDENCIADA** e dos **BENEFICIÁRIOS**, estão indicadas no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam.

1.3 Para o perfeito entendimento deste Edital de Credenciamento, são adotadas as seguintes definições:

- I – **CREDENCIADA** – Empresa de transporte aéreo habilitada no Credenciamento.
- II – **CREDENCIAIS** – Códigos e senhas que permitem acessos eletrônicos a sistemas da **CREDENCIADA** pela **CREDENCIANTE** e **BENEFICIÁRIOS**.
- III – **CREDENCIANTE** – Serviço Federal de Processamento de Dados – **SERPRO**.
- IV – **LINHAS AÉREAS DOMÉSTICAS** – Aquelas que têm pontos de partida, intermediários e de destino situados dentro do território nacional.

V – **BENEFICIÁRIOS** – Órgãos e entidades das esferas Federal, Estadual e Municipal que mantenham com o SERPRO Contrato para utilização do **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO**, que após a obtenção de credenciais serão beneficiários dos serviços prestados pelas Companhias Aéreas. O **SERPRO** também será considerado como **BENEFICIÁRIO**.

VI – **PASSAGEM AÉREA** – Compreende o trecho de ida e o trecho de volta, somente um dos trechos ou múltiplos trechos.

VII – **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO** – Sistema que disponibiliza o Serviço Serpro de cotação e compra de passagens aéreas para os órgãos e entidades das esferas Federal, Estadual e Municipal.

VIII – **TERMO DE CREDENCIAMENTO** – instrumento firmado com o **SERPRO** visando o fornecimento de dados para o **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO** e a prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros para o **SERPRO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS LOCALIDADE DO CREDENCIAMENTO

2.1 O **SERPRO** realizará o credenciamento das empresas de transporte aéreo no **SERPRO/SEDE**, situado em Brasília-DF – SGAN 601 – módulo V – CEP 70.836-900.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão habilitar-se, para Credenciamento junto ao **SERPRO**, exclusivamente, companhias aéreas (pessoas jurídicas) que atendam as condições deste Edital e seus Anexos, obedecida a legislação em vigor.

3.2 Não poderão participar deste Credenciamento:

- a) Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Credenciamento;
- b) Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
- c) As pessoas físicas ou jurídicas que não possuírem os requisitos de habilitação previstos neste Edital;
- d) As pessoas físicas ou jurídicas que, por qualquer motivo, estiverem regularmente declarados como inidôneos ou punidos com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública; e
- e) As pessoas físicas ou jurídicas que possuam sócio-gerente ou acionista majoritário, ou ainda, titular de empresa individual, empregado ou dirigente do **SERPRO**.

3.3 A companhia aérea interessada deverá encaminhar para o à Comissão de Credenciamento a documentação de habilitação, preferencialmente, na forma eletrônica.

3.3.1 Os documentos deverão ser encaminhados eletronicamente, sendo que todos documentos que exigirem assinaturas deverão ser assinados com certificação digital ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), através do Assinador Digital do **SERPRO** (www.serpro.gov.br/assinador-digital). Documentos que exigirem autenticações cartorárias ou reconhecimento de firma, deverão continuar a ser enviados fisicamente.

3.3.2 Caso a companhia aérea NÃO opte pela apresentação de documentos eletrônicos, deverá ser providenciado o envio dos originais ou cópias autenticadas para o local indicado na Cláusula Segunda deste Edital, apresentando à Comissão de Credenciamento um envelope lacrado, contendo toda a documentação e na parte externa a identificação da empresa com o CNPJ, conforme modelo abaixo:

Credenciamento nº 2055/2016

ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO

NOME DA EMPRESA: (indicar o nome)

CNPJ: (indicar o cadastro CNPJ)

3.3.2.1 O interessado poderá encaminhar a documentação por intermédio de SEDEX, serviço similar ou correspondência registrada, assumindo a proponente os riscos por eventuais atrasos no transporte e entrega da documentação.

3.4 O exame e julgamento da documentação recebida serão processados por Comissão de Credenciamento designada para esse fim, a qual poderá conceder prazo adicional de até 5 (cinco) dias úteis para complementar a entrega de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses, mediante comunicação eletrônica diretamente às interessadas.

3.5 A Comissão de Credenciamento divulgará o julgamento final da documentação, no site do SERPRO e no Diário Oficial da União.

3.6 A critério da Comissão de Credenciamento, a divulgação do julgamento poderá ser realizada, paulatinamente, à medida que as documentações forem recebidas, analisadas e julgadas conformes com o presente Edital, respeitado o prazo para impugnação.

3.7 O prazo de recurso relativo ao julgamento da documentação será de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de cada divulgação de julgamento.

3.8 O resultado do julgamento de eventual(is) recurso(s) será publicado no site do SERPRO e no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

4.1 Para credenciamento junto ao **SERPRO** os interessados deverão encaminhar, preferencialmente na forma eletrônica, para o e-mail compras.gabsa@serpro.gov.br ou apresentar os originais ou cópia autenticada por cartário competente as seguintes documentações:

I. **Prova de regularidade fiscal e trabalhista**, por meio de certidões expedidas pelos órgãos competentes, composta de:

- a) Inscrição no CNPJ;
- b) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

II. **Habilitação jurídica**, comprovada mediante a apresentação de:

- a) Autorização para funcionamento jurídico da empresa aérea, emitida pela ANAC;
- b) Contrato social e alterações; e
- c) Registro na Junta Comercial.

III. **Qualificação técnica**, comprovada mediante a apresentação de:

- a) Certificado Empresa de Transporte Aéreo – ETA, emitido pela Gerência de Operações da Aviação Geral da ANAC, válido, nos termos do item 119.40 do RBAC nº 119;
- b) Outorga de concessão para explorar serviços de transporte aéreo, expedida pela ANAC ou pelo(a) Presidente da República; e
- c) Especificações Operativas (EO), emitidas pela ANAC e emendas, se houver, conforme previsão do item 119.51 do RBAC nº 119.

IV. **Demais documentos exigidos**

- a) Declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, conforme o inciso VI do art. 14 do Decreto nº 5.450/2005, ou seja, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores (Anexo);
- b) Pedido de Credenciamento (Anexo).
- c) Consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN
- d) Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS
- e) Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI

4.2 O credenciamento da proponente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e o cadastramento até o nível III são válidos para a comprovação da documentação relacionada no item 4.1, referente aos requisitos da Habilitação Jurídica e regularidade fiscal.

4.2.1 As proponentes que não atendem ao disposto no item 4.2 poderão providenciar tanto o credenciamento como o cadastramento até o nível III do SICAF em qualquer Unidade Cadastradora do Sistema.

4.2.1.1 Os documentos exigidos, bem como os procedimentos e as instruções de preenchimento dos formulários para efetuar o registro no Sistema constam no manual do SICAF, que poderá ser obtido por meio da Rede Internet, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, onde devem ser acessadas as seguintes opções: na aba **“Acesso Livre”**, selecionar **“SICAF”**, na aba **“Publicações”** selecionar **“Manuais – FAQ”** e escolher **“Manual SICAF – Fornecedor”**.

4.2.2 Havendo algum documento vencido no SICAF, este deverá ser apresentado pelo interessado, dentro do envelope “documentação” para habilitação.

4.2.3 A pessoa jurídica não credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF deve apresentar toda a documentação exigida.

4.2.3.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião de Notas ou para autenticação por servidor da Comissão de Credenciamento.

4.2.3.2 No caso de envio dos documentos por Sedex, serviço similar ou correspondência registrada, não será necessário o envio dos originais.

4.2.3.3 Os documentos deverão estar regulares quanto aos prazos de validade neles previstos.

4.3 Considerar-se-á habilitado o(s) interessado(s) cujos documentos tenham atendido às exigências contidas no subitem 4.1, incisos I a IV, deste Edital.

4.4 As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso IV do item 4.1, quando da habilitação, deverão comprovar possuir capital social de, no mínimo, R\$300.000,00 (Trezentos mil reais).

4.4.1 Essa comprovação será feita mediante verificação no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentados.

CLÁUSULA QUINTA – DA HABILITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

5.1 Serão consideradas habilitadas para credenciamento junto ao **SERPRO** as empresas que apresentarem a documentação exigida na Cláusula Quarta deste Edital.

5.2 Os procedimentos adotados pela Comissão de Credenciamento na condução e no julgamento da documentação de habilitação prevista neste Edital de Credenciamento serão homologados pela autoridade competente.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 As condições de execução dos serviços estão definidas no Termo de Credenciamento (Anexo).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E PAGAMENTO

7.1 As condições de preços e de pagamento constam do Termo de Credenciamento (Anexo).

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO EDITAL

8.1 Este edital terá vigência de até 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação no D.O.U.

8.2 Qualquer alteração nas condições do Credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a do texto original.

8.3 A Administração poderá revogar este Edital de Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

9.1 O credenciamento dos interessados terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data da assinatura do Termo de Credenciamento firmado entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO TERMO DE CREDENCIAMENTO, SUA ASSINATURA E ALTERAÇÕES

10.1 O Termo de Credenciamento será firmado entre o **SERPRO** e Companhias Aéreas, mediante assinatura do referido documento por seus representantes legais a ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias contados da convocação formal da **CREDENCIANTE**.

10.2 A **CREDENCIANTE** fará publicar extrato do Termo de Credenciamento no D.O.U., com a lista das empresas credenciadas, até o 5º dia útil da publicação do julgamento final da habilitação.

10.3 A **CREDENCIANTE** poderá, até a publicação mencionada no item 10.2 deste Edital, inabilitar a companhia aérea, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador do serviço.

10.4 O Termo de Credenciamento poderá ser alterado, com a devida motivação, de forma unilateral pela Administração e por acordo entre **CREDENCIANTE** e **CREDENCIADAS**, nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/1993.

10.5 A **CREDENCIANTE** providenciará a publicação resumida do(s) aditamento(s) ao Termo de Credenciamento, na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 Correrão por conta exclusiva da **CREDENCIADA**:

- I. Todos os tributos que forem devidos em decorrência dos serviços prestados pela **CREDENCIADA**, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As sanções administrativas estão discriminadas no Termo de Credenciamento (anexo).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 A participação do interessado no Credenciamento implica a aceitação das condições constantes deste Edital e dos anexos que o integram.

13.2 A **CREDENCIADA** deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, observada a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais.

13.3 Na hipótese de descumprimento do item acima, a **CREDENCIANTE** notificará a **CREDENCIADA** para, no prazo de até 60 (sessenta) dias, restaurar as condições de habilitação.

13.4 Findo o prazo previsto no item anterior, a **CREDENCIANTE** descredenciará a companhia aérea que permanecer em situação irregular, observado o devido processo administrativo.

13.5 Os casos omissos serão resolvidos pela **CREDENCIANTE**, conforme disposições constantes da Lei nº 8.666/93 e nas normas que regulamentam o transporte aéreo no Brasil.

13.6 Consultas referentes ao Edital poderão ser formuladas à **CREDENCIANTE**, pelo endereço eletrônico: compras.gabsa@serpro.gov.br.

13.7 O simples fato de o interessado em se credenciar, submeter ao exame do **SERPRO** sua documentação, não induzirá automática celebração de Termo de Credenciamento, reservando-se ao **SERPRO** o direito a providências complementares nesse sentido. Sendo assim, fica entendido que a efetivação do credenciamento se dará a partir da celebração do Termo de Credenciamento, documento distinto deste Edital de Credenciamento, o qual será celebrado apenas após o recebimento e conferência de toda a documentação aqui exigida na cláusula quarta deste Edital.

13.8 A possibilidade de credenciamento estará disponível aos interessados, os quais poderão, durante a vigência deste Edital, encaminhar a respectiva documentação necessária.

13.9 Maiores informações poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)2021-8510, de segunda a sexta-feira, das 09hs às 18hs.

Brasília, 14 de novembro de 2016.

Bruna Paula da Silva Lacerda
Coordenadora da Comissão de Credenciamento

ANEXO I MINUTA DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

LOGOMARCA DA EMPRESA
NOME OU RAZÃO SOCIAL
ENDEREÇO
TELEFONE
CNPJ

Ao SERPRO

Assunto: Solicitação de Credenciamento

A (Razão Social da Empresa de transporte aéreo), localizada à (Endereço da Empresa), CNPJ nº _____, por seu responsável abaixo assinado, vem solicitar seu credenciamento junto ao **SERPRO** para prestar serviços de fornecimento de passagens em linhas aéreas, conforme os descontos nas tarifas descritas a seguir:

TARIFA	DESCONTO

Declaramos conhecer os termos do Edital I nº 2055/2016 e a legislação pertinente.

Em anexo apresentamos toda a documentação solicitada no Edital de Credenciamento para o fornecimento de passagens em linhas aéreas domésticas.

DADOS DA EMPRESA:

Informar dados da Matriz

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

Fac-símile: _____ CNPJ: _____

Conta-Corrente: Banco (Nome e nº): _____

Endereço: _____

Agência (Nome e nº): _____

Conta nº _____

CNPJ da Unidade (Matriz e/ou Filial), que promoverá o faturamento decorrente desta contratação: _____

Dados da Autoridade Competente que assinará Termo de Credenciamento			
Nome: _____			
Cargo: _____			
Documento de Identidade: RG nº _____	Órgão Expedidor: _____	UF: _____	
CPF nº _____			
Residente e domiciliado em: _____			

(local e data)

REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) E A (COMPANHIA AÉREA) XXXXXXXXXXXX, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS EM VOOS DOMÉSTICOS.

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede na SGAN quadra 601 Módulo V, Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MP sob nº 33.683.111/0001-07, neste ato representado pelo senhor JOSÉ FLÁVIO DE MENESES, Chefe da Divisão de Compras Brasília, RG nº XXXXXXXX e CPF XXXXXXXX, e de outro lado a (COMPANHIA AÉREA) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CARGO/FUNÇÃO, RG nº XXXXXXXX e CPFXXXXXXXX, doravante denominados, respectivamente, **CREDENCIANTE** e **CREDENCIADO**, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, para o fornecimento de passagens em linhas aéreas domésticas, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo n.º 2055/2016, referente ao Edital de Credenciamento número 2055/2016, com fundamento no “caput” do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas demais legislações correlatas e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Credenciamento, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, da empresa de transporte aéreo _____, doravante denominada **CREDENCIADA**, para fornecimento de passagens em linhas aéreas domésticas, sem o intermédio de Agência de Viagens e Turismo, visando o transporte de empregados, servidores ou colaboradores eventuais em viagens a serviço, dos órgãos e entidades das esferas Federal, Estadual e Municipal que mantenham com o SERPRO Contrato para utilização do **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO**, compreendendo a reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso, conforme especificações e condições constantes deste

documento.

1.2 O objeto compreende o fornecimento de passagens em linhas aéreas domésticas, conforme definições da Portaria nº 569/GC5, do Comando da Aeronáutica, de 5 de setembro de 2000.

1.3 Este Termo de Credenciamento tem amparo no Caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS VINCULAÇÕES

2.1 Integram o presente Instrumento, independentemente de transcrição, minuta do Acordo Corporativo de Desconto a ser firmado entre a **CREDENCIADA** e o **CREDENCIANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEFINIÇÕES

3.1 Para o perfeito entendimento deste Termo de Credenciamento, são adotadas as seguintes definições:

I – ACORDO CORPORATIVO DE DESCONTO – Acordo a ser firmado entre o SERPRO e a Companhia Aérea prevendo a concessão de desconto incidente sobre todas as tarifas e classes publicadas vigentes à época da emissão do bilhete e válido para todas as linhas aéreas operadas pela companhia aérea e garantia do valor da tarifa e a disponibilidade de assento, por até 72 (setenta e duas) horas, contadas do momento da efetivação da reserva, limitada a 24 (vinte e quatro) horas anteriores à partida do trecho inicial.

ii – CREDENCIADA – Empresa de transporte aéreo habilitada no Credenciamento.

III – CREDENCIAIS – Códigos e senhas que permitem acessos eletrônicos a sistemas da **CREDENCIADA** pela **CREDENCIANTE** e **BENEFICIÁRIOS**.

IV – CREDENCIANTE – Serviço Federal de Processamento de Dados – **SERPRO**.

V – LINHAS AÉREAS DOMÉSTICAS – Aquelas que têm pontos de partida, intermediários e de destino situados dentro do território nacional.

VI – BENEFICIÁRIOS – Órgãos e entidades das esferas Federal, Estadual e Municipal que mantenham com o SERPRO Contrato para utilização do **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO**, que após a obtenção de credenciais serão beneficiários dos

serviços prestados pelas Companhias Aéreas. O **SERPRO** também será considerado como **BENEFICIÁRIO**.

VII – PASSAGEM AÉREA – Compreende o trecho de ida e o trecho de volta, somente um dos trechos ou múltiplos trechos.

VIII – Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO – Sistema que disponibiliza o Serviço Serpro de cotação e compra de passagens aéreas para os órgãos e entidades das esferas Federal, Estadual e Municipal.

IX – TAXA DE EMBARQUE – Tarifa aeroportuária fixada em função da categoria do aeroporto que remunera a prestação dos serviços e a utilização de instalações e facilidades existentes nos terminais de passageiros, com vistas ao embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança dos usuários. A taxa de embarque é cobrada por intermédio da companhia aérea.

X – TRECHO – Compreende todo o percurso entre a origem e o destino da viagem, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

XI – ORDENADOR DE DESPESAS – Autoridade com atribuições definidas em ato próprio, entre as quais as de movimentar créditos orçamentários, empenhar despesa e efetuar pagamentos.

XII – UNIDADE GESTORA (UG) – Unidade orçamentária ou administrativa, dos **BENEFICIÁRIOS**, responsável por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os **BENEFICIÁRIOS**, por intermédio do **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO**, realizarão a pesquisa de preços, a cada demanda com viagem aérea e escolherão a tarifa mais vantajosa ao seu único e exclusivo critério.

4.2 Os serviços objeto deste Termo de Credenciamento serão prestados conforme os procedimentos e especificações a seguir:

I. O servidor responsável efetuará a reserva, de acordo com a demanda inicial já incluída no **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO** adquirido para este fim. Esta reserva deverá garantir aos **BENEFICIÁRIOS** o valor da tarifa e a disponibilidade de assento, por até 72 (setenta e duas) horas, contadas do momento da efetivação da reserva, conforme Acordo Corporativo de Desconto, limitada a 24 (vinte e quatro) horas anteriores à partida do trecho inicial.

- II. O valor da tarifa será o valor final calculado pelo **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO**, que considerará o preço praticado pela Companhia Aérea no seu site oficial, deduzindo o desconto avençado no Acordo Corporativo de Desconto.
- III. A **CREDENCIADA** deverá enviar para o **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO** a(s) confirmação(ões) da(s) reserva(s) do(s) bilhete(s) e a(s) passagem(ns) aérea(s) eletronicamente emitida(s).
- IV. As passagens aéreas são pessoais, intransferíveis e destinadas exclusivamente ao transporte dos passageiros nelas identificadas.
- V. Mediante disponibilidade, a **CREDENCIADA** permitirá antecipação gratuita de embarque para passageiros em voos nacionais, no mesmo dia e mantendo-se os mesmos aeroportos de origem e destino.
- a) A **CREDENCIADA** será desonerada da antecipação gratuita, se comprovar a suspensão ou interrupção dessa concessão do rol de serviços disponíveis em sua política de comercialização.
- VI. A emissão, remarcação ou cancelamento da passagem se dará mediante requisição emitida pelos **BENEFICIÁRIOS** e encaminhada à **CREDENCIADA** por meio do **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO**, mediante autorização eletrônica.
- VII. A reserva de passagem só será considerada confirmada para fins de emissão pela **CREDENCIADA** após a efetiva aprovação do Ordenador de Despesas dos **BENEFICIÁRIOS** por meio do **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO**.
- VIII. Qualquer falha ocorrida entre a aprovação do Ordenador de Despesa e a emissão do bilhete, que resulte na não efetivação da compra conforme reserva, será apurada e deverá ser justificada pela **CREDENCIADA**, se for o caso.
- IX. Fornecer, sempre que solicitado pela **CREDENCIANTE** ou **BENEFICIÁRIOS**, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens.
- X. A **CREDENCIANTE** será responsável pela inserção no **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO** do código promocional do Acordo Corporativo de Desconto, fornecido pela **CREDENCIADA**, para aplicação do desconto concedido pela **CREDENCIADA**.
- XI. A assinatura do Termo de Credenciamento não implicará exclusividade na aquisição de trechos de viagem operados pela **CREDENCIADA**, podendo a **CREDENCIANTE** e os **BENEFICIÁRIOS** realizar aquisição com qualquer companhia aérea que detenha o melhor preço.
- XII. É vedado à **CREDENCIADA** delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste credenciamento, salvo com prévia anuência da **CREDENCIANTE**.
- XIII. É permitido à **CREDENCIADA** emitir bilhetes de passagens aéreas para realização da viagem contratada em empresa aérea com quem tenha acordo (CODESHARE), desde que seja indicado no bilhete de passagem os voos compreendidos na viagem.

XIV. A prestação dos serviços com participação de empresa aérea em regime de CODESHARE não liberará a **CREDENCIADA** de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto transferido de forma parcial.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA/EMIÇÃO DE BILHETES

5.1 Os **BENEFICIÁRIOS** observarão, como procedimento para a autorização de emissão de passagem, o horário, período de participação do servidor no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

I – escolha do voo prioritariamente em percursos de menor duração, emitindo-se, sempre que possível, trechos sem escalas e/ou conexões;

II – embarque e desembarque compreendidos no período entre sete e vinte e uma horas, salvo a inexistência de voos que atendam a estes horários;

III – horário do desembarque que anteceda em no mínimo três horas o início previsto dos trabalhos, evento ou missão;

IV – a emissão da passagem deve recair sobre a de menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica.

V – os serviços de remarcação e cancelamento respeitarão a política de comercialização da **CREDENCIADA** ou o que for negociado no Acordo Corporativo de Desconto firmado entre as partes.

VI – o valor de cada bilhete será calculado com base na tarifa publicada no site da **CREDENCIADA**, no momento da reserva, descontado o percentual de desconto do Acordo Corporativo de Desconto (incidente sobre todas as tarifas publicadas à época da emissão do bilhete e válido para todas as rotas operadas pela companhia aérea) e somado o valor de taxa de embarque.

VII – quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento ser cumprido sem ônus adicional à **CREDENCIANTE** e demais **BENEFICIÁRIOS** que utilizarem os serviços objeto do Credenciamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1 A **CREDENCIADA** deverá estar em condições de iniciar a prestação dos serviços no prazo de até 15 dias corridos, contados da assinatura do Termo de Credenciamento.

6.2 Eventual postergação desse prazo está adstrita à superveniência de circunstância sistêmica impeditiva à operacionalização da aquisição de passagem aérea por parte da **CREDENCIANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

7.1 O presente Termo de Credenciamento deverá ser fielmente executado pelas partes, as quais se obrigam a obedecer às seguintes condições:

7.2 Constituem responsabilidades da **CREDENCIADA**:

- I. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao **SERPRO** ou a terceiros;
- II. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- III. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- IV. Não permitir a utilização de trabalho de pessoa menor de idade, salvo na condição de menor aprendiz.
- V. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- VI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência da **CREDENCIANTE**.
- VII. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.3 Constituem obrigações da **CREDENCIANTE**:

- I. Proporcionar todas as condições para que a **CREDENCIADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Credenciamento, do Edital e seus Anexos;
- II. Fiscalizar durante toda a vigência do Credenciamento o cumprimento das obrigações assumidas pela **CREDENCIADA**, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas;

III. Habilitar as Credenciais, criadas pelas companhias aéreas para os **BENEFICIÁRIOS**, visando o acesso ao **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO** e a adesão ao modelo de compra direta de passagens aéreas.

IV. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CREDENCIADA**, de acordo com as cláusulas do Termo de Credenciamento.

7.4 Constituem obrigações da **CREDENCIADA**:

I. Fornecer passagens aéreas, para quaisquer destinos servidos por suas linhas de transporte aéreo nacional;

a) Indicar um representante para soluções de problemas que possa surgir durante a vigência deste Termo de Credenciamento, que será o elemento de contato entre a **CREDENCIADA** e os **BENEFICIÁRIOS**, fornecendo número de telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver;

b) Executar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes deste Termo de Credenciamento, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas;

c) Enviar todas as informações essenciais para a perfeita execução dos serviços, por meio de confirmações, que devem conter: aeroportos de embarque e desembarque, percurso, data, horário, escala(s) ou conexão(ões), se houver, nome do passageiro e demais informações necessárias para a realização de viagem;

d) Providenciar, a pedido dos **BENEFICIÁRIOS**, o cancelamento de bilhetes e fazer o devido reembolso de todos aqueles não utilizados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação do cancelamento;

e) Quando houver diminuição de custo para uma nova emissão ou não utilização de bilhete, emitir crédito a favor dos **BENEFICIÁRIOS**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação da modificação, nos mesmos moldes do reembolso oriundo de cancelamento de bilhetes;

VI. Prestar todas as informações relacionadas ao status do(s) bilhete(s) para que seja feito o controle de pagamento e controle de reembolso dos valores relativos ao(s) trecho(s) não utilizado(s);

VII. Entregar os serviços nos moldes descritos neste Termo de Credenciamento;

VIII. Executar os serviços de acordo com as normas técnicas em vigor;

IX. Manter, durante a vigência deste Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

X. Atender, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir do dia seguinte da comunicação, a toda reclamação porventura ocorrida, prestando aos **BENEFICIÁRIOS**

ou a **CREDENCIANTE** os esclarecimentos e correções/adequações que se fizerem necessários;

XI. Indenizar qualquer prejuízo ou reparar os danos causados aos **BENEFICIÁRIOS** por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução ou ausência desta, com relação aos serviços;

XII. Comunicar à **CREDENCIANTE**, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela **CREDENCIANTE**;

XIII. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Credenciamento, sem prévia autorização da **CREDENCIANTE**;

XIV. Responsabilizar-se pelo ônus oriundo de remarcação ou cancelamento de passagens, quando não for originada por solicitação ou falha na execução de responsabilidade dos **BENEFICIÁRIOS**;

XV. Os direitos aos **BENEFICIÁRIOS** à assistência material, reacomodação e reembolso são devidos pela **CREDENCIADA** nos casos de atraso, mesmo que tenha sido causado por condições meteorológicas ou operacionais adversas.

XVI. Viabilizar o acesso do **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO** aos seus Web Services, permitindo a consulta de voos e assentos disponíveis, preços de oferta, reserva, emissão, cancelamento e remarcação de bilhetes, por meio de credenciais de acesso e *tour code*.

7.5 Constituem obrigações dos **BENEFICIÁRIOS**:

I. Proporcionar todas as condições para que a **CREDENCIADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Termo de Credenciamento, do Edital e seus demais Anexos;

II. Designar, formalmente, responsável pela fiscalização da execução dos serviços;

III. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por responsável especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

IV. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CREDENCIADA**, de acordo com as cláusulas deste Termo de Credenciamento;

VI. Pagar à **CREDENCIADA** o valor resultante da prestação do serviço, na forma prevista no Termo de Credenciamento;

VI. Solicitar formalmente à **CREDENCIADA**, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o reembolso do valor correspondente ao

trecho (crédito), situação em que a **CREDENCIADA** deverá fazer o reembolso em, no máximo 60 (sessenta) dias.

VII. Comunicar à **CREDENCIADA** sobre qualquer ocorrência de erro de cobrança que venha a identificar, formalmente e preferencialmente por escrito, para que a devida correção ocorra na fatura subsequente;

VIII. Atestar as faturas emitidas para pagamento dos serviços prestados, após realizar rigorosa conferência dos serviços;

IX. Reter e recolher os valores relativos a tributos incidentes nos valores faturados e pagos em favor da **CREDENCIADA**, inclusive os devidos e incidentes sobre os valores de taxa de embarque, em cumprimento à legislação em vigor;

X. Nos casos em que os **BENEFICIÁRIOS** não exercer o papel de substituto tributário, as retenções e recolhimentos serão de responsabilidade da **CREDENCIADA**.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1 O valor de cada bilhete será calculado com base na tarifa publicada no site da **CREDENCIADA**, no momento da reserva, deduzido do percentual de desconto do Acordo Corporativo de Descontos (incidente sobre todas as tarifas e classes publicadas vigentes à época da emissão do bilhete e válido para todas as rotas operadas pela companhia aérea) e somado o valor de taxa de embarque.

8.2 As taxas de embarque serão remuneradas de acordo a legislação e valores vigentes da data da aquisição do trecho de viagem;

8.3 Os valores das taxas de embarque estarão incluídos nos preços dos bilhetes cobrados pela **CREDENCIADA**.

8.4 Os serviços de remarcação e cancelamento somente serão remunerados se comprovadamente for praticada a cobrança de taxa por remarcação ou cancelamento na política de comercialização da **CREDENCIADA** e obedecerão, neste caso, os valores praticados usualmente por cada **CREDENCIADA** ou aqueles eventualmente definidos em Acordo Corporativo de Descontos;

8.5 Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento ser cumprido sem ônus adicional à **CREDENCIANTE**.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO POR FATURAMENTO

9.1 A **CREDENCIADA** encaminhará à **UNIDADE GESTORA**, junto de cada fatura emitida, relatório correspondente aos créditos (reembolsos) e débitos (bilhetes emitidos + taxas), contendo o detalhamento dos bilhetes e no mínimo:

- a) Código do localizador ou do bilhete, seguido do nome do passageiro, data da emissão, data da viagem, trecho (origem e destino), valor da tarifa, valor da taxa de embarque, total do bilhete;
- b) Detalhamento do(s) reembolso(s), contendo as informações acima definidas, acrescidas das deduções (eventuais multas ou taxas para casos de cancelamento, remarcação e no show) e valor total do reembolso – Nota de Crédito;
- c) Valor consolidado de cada tributo incidente nas tarifas;
- d) Valor consolidado de cada tributo incidente nas taxas de embarque.

9.2 A **UNIDADE GESTORA** pagará à **CREDENCIADA** o valor total devido, deduzidos os valores relativos a pagamento de tributos, na forma da legislação vigente, observados os seguintes procedimentos:

I – conferência dos serviços e valores faturados.

II – se constatar alguma cobrança indevida, comunicar à **CREDENCIADA** para que emita nova fatura ou carta de correção.

III – na situação descrita no inciso anterior será estabelecido novo prazo para pagamento da fatura contado a partir do recebimento do documento corrigido.

IV – a devolução resultante de reembolso será formalizada por Nota de Crédito e o valor será glosado na fatura subsequente à confirmação da solicitação.

V – quando do encerramento deste Termo ou em caso de descredenciamento, na impossibilidade de reversão da totalidade dos valores advindos de cancelamentos e/ou alterações efetuados até a última fatura emitida, deverá reembolsar os respectivos montantes ao órgão ou entidade, mediante recolhimento por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

VI – o pagamento será efetuado no prazo de até 10 dias corridos contados da data da emissão da respectiva fatura.

9.3 As retenções e recolhimentos relativos a tributos e contribuições incidentes sobre as tarifas e taxa de embarque são de responsabilidade da **UNIDADE GESTORA**, observados os dispositivos legais e normativos vigentes relacionados à substituição tributária,

providenciando para que a **CREDENCIADA** receba as comprovações dos recolhimentos dos tributos.

9.4 Nos casos em que os **BENEFICIÁRIOS** não exercerem o papel de substituto tributário, as retenções e recolhimentos serão de responsabilidade da **CREDENCIADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO

10.1 Cada **UNIDADE GESTORA** detentora de orçamento para aquisição de passagens aéreas terá seu número de identificação do meio de pagamento eletrônico, que será comunicado à **CREDENCIADA** a cada autorização de emissão, remarcação ou cancelamento de bilhete, via sistema para fins de controle e gestão de relatórios.

10.2 Ficará a critério do Ordenador de Despesas estabelecer se o faturamento será centralizado em uma ou descentralizado para o número de **UNIDADES GESTORAS** existentes nos **BENEFICIÁRIOS**.

10.3 As retenções e recolhimentos relativos a tributos e contribuições incidentes sobre as tarifas e taxa de embarque são de responsabilidade da **UNIDADE GESTORA**, observados os dispositivos legais e normativos vigentes relacionados à substituição tributária, providenciando para que a **CREDENCIADA** receba as comprovações dos recolhimentos dos tributos.

10.4 Nos casos em que os **BENEFICIÁRIOS** não exercerem o papel de substituto tributário, as retenções tributárias e recolhimentos serão de responsabilidade da **CREDENCIADA**.

10.5 No caso de erro no valor informado à operadora do meio de pagamento eletrônico para passagens, verificado pelos **BENEFICIÁRIOS** na fatura emitida pela operadora do meio de pagamento aos **BENEFICIÁRIOS**, a **UNIDADE GESTORA** fará a contestação do valor à operadora, que tomará as providências necessárias para apuração e reembolso aos **BENEFICIÁRIOS** em fatura futura, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da contestação.

10.6 A devolução resultante do reembolso, para o meio de pagamento eletrônico, ocorrerá com a dedução do valor na fatura subsequente à confirmação da solicitação.

10.7 Todo valor de estorno ou reembolso será discriminado pela operadora do meio de pagamento eletrônico, informando a respectiva autorização da transação e o seu número de chave.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 Os serviços de cotação, reserva, inclusive de assento, emissão, remarcação e/ou cancelamento de passagens aéreas serão prestados eletronicamente pela **CREDENCIADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – HORÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, inclusive em finais de semana e feriados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Para os casos em que o SERPRO estiver na condição de **BENEFICIÁRIOS**, as despesas decorrentes deste Termo de Credenciamento, para o exercício de 2016, correrão à conta da Dotação Orçamentária da União, Natureza da Despesa 33.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção.

13.2 Para os órgãos e entidades **BENEFICIÁRIOS** das esferas Federal, Estadual e Municipal serão emitidas dotações orçamentárias próprias, segundo a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS

14.1 Serão consultados os voos, preços, horários e eventuais conexões ou escalas praticados por cada empresa **CREDENCIADA**, para a escolha do menor preço.

14.2 Em virtude da liberdade tarifária presente no mercado de passagens aéreas, não haverá quantitativos fixos por companhia aérea, em face do procedimento de compra pelo **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO** a ser utilizado pelos **BENEFICIÁRIOS**.

14.3 A escolha de qual **CREDENCIADA** prestará os serviços dependerá do resultado da consulta feita na forma da cláusula 14.2, realizada a cada demanda existente, possibilitando que todas as companhias aéreas sejam contratadas, eis que, em cada

demanda, uma nova busca será realizada, sendo escolhida aquela companhia que ofertar o menor preço no momento da reserva.

14.4 A quantidade máxima dos serviços a serem prestados para os **BENEFICIÁRIOS** é estimada, não sendo assegurado às empresas **CREDENCIADAS** o fornecimento de quantitativo mínimo de passagens aéreas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

15.1 A fiscalização do Termo de Credenciamento será exercida por responsável formalmente designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Credenciamento.

15.2 O fiscal monitorará o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços será exercida por responsável designado pelos **BENEFICIÁRIOS** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços dando ciência à **CREDENCIANTE** no que tange às condições contidas no Termo de Credenciamento.

16.2 A fiscalização de que trata a cláusula anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da **CREDENCIADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da **CREDENCIANTE**, dos **BENEFICIÁRIOS** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

16.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante eleito pelos **BENEFICIÁRIOS** deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

17.1 Este Termo de Credenciamento poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da **CREDENCIANTE**, devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a **CREDENCIANTE** e/ou os **BENEFICIÁRIOS** poderão aplicar à **CREDENCIADA**, assegurados a esta o contraditório e a ampla defesa, as seguintes penalidades, previstas no art. 87, da Lei 8.666/93:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2(dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

a) As sanções previstas nos incisos I, III poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

b) A sanção estabelecida no Inciso IV é de competência exclusiva do(a) Ministro(a) de Estado ou Autoridade equivalente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

18.2 As sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

18.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso da aplicação da penalidade descrita Inciso III, a **CREDENCIADA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

18.4 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.5 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA

19.1 O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93, contados da data da assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO DESCREDENCIAMENTO

20.1 A inexecução total ou parcial deste Termo de Credenciamento ensejará o descredenciamento da companhia aérea com as consequências avençadas e as previstas em lei ou regulamento. Constituem motivo para descredenciamento:

- I – o não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos.
- II – o cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos.
- III – o atraso injustificado no início da execução das obrigações compromissadas neste Instrumento, inclusive as firmadas mediante Acordo Comercial de Desconto existente entre a **CREDENCIANTE** e a **CREDENCIADA**.
- IV – a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à **CREDENCIANTE**.
- V – a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CREDENCIADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Instrumento, salvo prévia autorização.
- VI – o desatendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- VII – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- VIII – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
- IX – a dissolução da **CREDENCIADA**.
- X – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CREDENCIADA**, que prejudique a execução deste Instrumento.
- XI – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a **CREDENCIANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere este Instrumento.
- XII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Instrumento.
- XIII – a contratação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme determina o Inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

XIV – os casos de descredenciamento serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.2 O descredenciamento poderá ser:

I – determinado por ato unilateral e escrito da **CREDENCIANTE**, nos casos enumerados nos incisos “I” a “XIII” da cláusula anterior.

II – amigável, por Acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência para a **CREDENCIANTE**.

III – judicial, nos termos da legislação.

20.3 O descredenciamento administrativo ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

20.4 Quando o descredenciamento ocorrer com base no inciso XI e XII da cláusula 20.1, sem que haja culpa da **CREDENCIADA**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução deste Termo de Credenciamento até a data da rescisão.

20.5 O descredenciamento por descumprimento das cláusulas contratuais poderá acarretar indenizações, bem como a retenção dos créditos decorrentes deste Instrumento, até o limite dos prejuízos causados à **CREDENCIANTE** e/ou **BENEFICIÁRIOS**, além das sanções previstas neste Instrumento.

20.6 Este Termo de Credenciamento poderá ser cancelado ou descontinuado pela **CREDENCIANTE**, mediante prévio aviso de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Termo de Credenciamento serão decididos pela **CREDENCIANTE**, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, demais regulamentos e normas administrativas federais que fazem parte integrante deste Instrumento, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1 Incumbirá à **CREDENCIANTE** a publicação do extrato deste Termo de Credenciamento no Diário Oficial da União, conforme dispõe a legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, de de 2016.

Representante legal
SERPRO

Representante legal
Empresa aérea

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Identidade:

Nome:

CPF:

Identidade:

ANEXO III

MINUTA DO ACORDO CORPORATIVO DE DESCONTO

ACORDO CORPORATIVO DE DESCONTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS E A XXXXXXXXXXXXXXXX (COMPANHIA AÉREA), PARA ESTABELECEER CONDIÇÕES RELATIVAS À AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE MANTENHAM COM O SERPRO CONTRATO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE EMISSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS DO SERPRO.

o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede na SGAN quadra 601 Módulo V, Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MP sob nº 33.683.111/0001-07, neste ato representado pelo senhor JOSÉ FLÁVIO DE MENESES, Chefe da Divisão de Compras Brasília, RG nº XXXXXXXX e CPF XXXXXXXXX, e de outro lado a XXXXXXXX (COMPANHIA AÉREA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede no(a) (indicar endereço), neste ato representada por seu(sua) (cargo), (Nome Completo) brasileiro(a), est. Civil, servidor(a) público(a), portador(a) do CPF nº e da Identidade nº, residente e domiciliado(a) no(a) (indicar endereço) em Brasília-DF denominada simplesmente (nome fantasia ou razão social da empresa aérea).

As partes acima nomeadas e qualificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente **ACORDO CORPORATIVO DE DESCONTO** para compra de passagens aéreas, mediante as seguintes condições que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Acordo tem por objeto estabelecer condições entre as partes para a aquisição e utilização pelos órgãos e entidades das esferas Federal, Estadual e Municipal que mantenham com o **SERPRO** Contrato para utilização do **Sistema de Emissão de Diárias e Passagens do SERPRO** dos serviços de transporte aéreo de passageiros a serem prestados pela **COMPANHIA ÁEREA**, em seus voos nacionais, a serem utilizados pelos seus servidores, empregados ou colaboradores eventuais em viagens a serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO ACORDO CORPORATIVO

1.2 O presente Acordo, por si só, não implica a transferência de recursos entre as partes, ressalvado o caso de pagamento de bilhetes de passagens aéreas pelo **SERPRO**.

1.3 Os bilhetes adquiridos pelos **BENEFICIÁRIOS**, mediante os termos deste Acordo, serão emitidos com percentual de desconto comercial de (indicar percentual)% (.... por cento), incidente sobre todas as tarifas e classes vigentes à época da emissão do bilhete e válido para todas as rotas operadas pela **COMPANHIA AÉREA**.

1.4 O presente Acordo não implica exclusividade e poderá ser firmado pelo **SERPRO** com qualquer **COMPANHIA AÉREA**.

1.5 Após a escolha da tarifa mais vantajosa, o servidor responsável efetuará a reserva, cujo valor da tarifa e o assento serão garantidos pela **COMPANHIA AÉREA** por 72 (setenta e duas) horas, contadas do momento da efetivação da reserva, limitada a 24 (vinte e quatro) horas anteriores à partida do trecho inicial.

1.6 As autorizações de emissão de bilhetes serão encaminhadas contendo a aplicação dos descontos, ou seja, não caberá à **COMPANHIA AÉREA** o cálculo do valor final da passagem.

1.7 A **COMPANHIA AÉREA** declara que realiza este acordo em conformidade com as normas e orientações emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

3.1 O presente acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser repactuado, por mútuo consentimento, a qualquer tempo, devendo as alterações ser formalizadas por meio de aditamento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 A **COMPANHIA AÉREA** não poderá utilizar logotipos, marcas registradas, nomes comerciais ou marcas de quaisquer dos **BENEFICIÁRIOS**, sem a aprovação prévia e por escrito para tal uso.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas deste Acordo Corporativo Comercial de Desconto.

5.2 E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, de de 2016.

SERPRO

COMPANHIA AÉREA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Observação: a companhia aérea poderá entregar acordo corporativo de desconto em modelo próprio, que será analisado pela Comissão de Credenciamento, para aprovação, não podendo contrariar as disposições gerais contidas neste modelo.

ANEXO IV
MINUTA DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
E QUE NÃO UTILIZA TRABALHO FORÇADO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º
E INCISO III DO ARTIGO 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresasediada na, com inscrição no CNPJ/MF nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(ª), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF/MF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

1.1 Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27/10/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (___).

OBS.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

(Local e Data)

(Nome e Assinatura do Declarante)